



PROJETO BÁSICO PARA OBRAS DE CONCLUSÃO DOS PRÉDIOS P6 E P7, NO CAMPUS DA UENF

1. APRESENTAÇÃO

A Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, sonho antigo da população de Campos dos Goytacazes/RJ, foi criada por meio do Decreto 16.357, em 27/02/91, quando teve aprovado o seu Estatuto.

O processo de implantação da UENF começou efetivamente em 23 de dezembro de 1991, quando o decreto n.º 17.206 instituiu, junto à Secretaria Extraordinária de Programas Especiais, a Comissão Acadêmica de Implantação. Em 10/12/1992, foi aprovada a Lei número 2.043/92, criando a Fundação Estadual Norte Fluminense, com a missão de manter e desenvolver a Universidade Estadual do Norte Fluminense e implantar e incrementar o Parque de Alta Tecnologia do Norte Fluminense. O primeiro vestibular para a UENF foi realizado em 3 de junho de 1993. A primeira aula no campus da UENF foi ministrada aos 16 de agosto de 1993, data afinal definida como a da implantação da Universidade.

A UENF foi a primeira universidade brasileira onde todos os professores possuem doutorado. A ênfase na pesquisa e na pós-graduação, sem paralelo na história da universidade brasileira, faz da UENF uma universidade para formar cientistas.

Nestes quase 28 anos de existência, a UENF esteve sempre apontada pelo Ministério da Educação (MEC) como uma das 15 melhores universidades do Brasil, com base no Índice Geral de Cursos (IGC). E, ao longo deste tempo, apresentou a necessidade de expansão física de suas instalações, com a construção de inúmeras novas edificações. Neste projeto pretende-se executar a conclusão da construção dos Prédios P6 e P7, no *Campus* da UENF.

2. OBJETO

Contratação de empresa para execução de obra de Complementação dos Prédios P6 e P7, no *Campus* Leonel Brizola, situado na Av. Alberto Lamego, 2000, Parque Califórnia, Campos dos Goytacazes-RJ.

3. JUSTIFICATIVA

As obras de conclusão dos prédios P6 e P7 são de suma importância para a melhoria da infraestrutura no âmbito dos seguintes Laboratórios, pertencentes ao Centro de Ciência e Tecnologia (CCT) da UENF: Laboratório de Engenharia Civil (LECIV), Laboratório de Materiais Avançados (LAMAV), Laboratório de Ciências Físicas (LCFIS) e Laboratório de Ciências Químicas (LCQUI).

No caso do P6, sua finalização será primordial para abrigar novos equipamentos que vêm sendo adquiridos por diversos pesquisadores vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Naturais e, conseqüentemente, ampliar as linhas de pesquisa na área de Ciências

Naturais. Desde a implantação da UENF em 1993 não houve nenhuma expansão de área para o LCFIS e LCQUI, embora nesses quase trinta anos tenha havido a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, aquisição de novos equipamentos e também a contratação de novos docentes. Houve, portanto, um aumento significativo de pessoas, de criação de outras linhas de pesquisa sem a contrapartida do oferecimento de novo espaço físico pela Universidade. A finalização da construção desse novo prédio será essencial para serem alocados os novos equipamentos que necessitam de uma carga elétrica compatível, espaço físico planejado e limpo, e que conte com infraestrutura adequada para refrigeração dos equipamentos e que atenda às normas de segurança. Nesse espaço serão instaladas diversas técnicas de caracterização de materiais, tendo como equipamentos básicos lasers de média e alta potência, amplificadores seletivos, espectrofotômetro, espectrômetro de massa, espectrômetro de RMN, espectrofluorímetro, osciloscópios, cromatógrafos, equipamentos de calorimetria DSC e DTA, fornos de alta temperatura. Além disso, haverá salas específicas para preparação de materiais com capelas e sistemas de exaustão de gases compatíveis com a manipulação de produtos e processos químicos, destiladores e dissecadores, etc. Será também alocado espaço para a instalação de criogenia para a produção de nitrogênio líquido essencial para diversas pesquisas. Os recursos anteriormente aprovados e liberados pela FAPERJ (processo E-26/111.212/2009, no total de R\$1.218.000,00) para a construção do prédio da Central Analítica das Ciências Naturais (que representou a primeira etapa de construção do prédio, já que não foram suficientes para a execução das instalações elétricas, hidrossanitárias, de internet, telefonia, bem como as divisórias internas e bancadas) já são um indicativo da importância dessa nova área que irá beneficiar a pesquisa no Estado do Rio de Janeiro.

O prédio P7 já é parcialmente utilizado pelo Laboratório de Engenharia Civil e Laboratório de Materiais Avançados. Estão instalados precariamente, e/ou serão implantados após a conclusão do prédio, as seguintes unidades: sala de processamento de rochas artificiais, com seu aparato de fabricação, como a mesa vibratória a vácuo; laboratório de dilatometria; sala de preparação de compósitos de matriz polimérica; laboratório com sistema simulação de corrosão salina; sala com microscópio e sistema de análise de imagem; sala para o MEV (Microscópio Eletrônico de Varredura) e DR-X (Difratômetro de Raios-X); laboratório de porosimetria; laboratório de instalações prediais; salas de seminários da pós-graduação do LECIV e LAMAV; implantação de uma sala para os estagiários de pós Doutorado do LAMAV, entre outras.

4. DESCRIÇÃO DO OBJETO

4.1. DEFINIÇÃO SUCINTA DO OBJETO

Contratação de empresa para execução de obra de Complementação dos Prédios P6 e P7, no *Campus* Leonel Brizola, situado na Av. Alberto Lamego, 2000, Parque Califórnia, Campos dos Goytacazes-RJ. Estes prédios tiveram execuções parciais com recursos provenientes de órgãos de fomento à pesquisa (FAPERJ e FINEP).

O prédio P6 teve uma primeira etapa de construção, em 2014, executada através de projeto de pesquisa financiado pela FAPERJ. Nesta contratação, não foi possível concluir o prédio, tendo ficado pendentes as instalações elétricas, climatização, pintura, parte do acabamento e instalações de acessibilidade. No caso do P7 houve duas etapas anteriores: a primeira em 2008, financiada pela FINEP, quando se construiu o primeiro pavimento do prédio, e a segunda etapa no ano de 2010, correspondente ao pavimento superior, desta vez com recursos da FAPERJ. Sobretudo por conta da elevada demanda das instalações elétricas, muito acima das estimativas iniciais efetuadas, o prédio não foi concluído. Ficaram pendentes os serviços de climatização, pintura, instalações de acessibilidade, e parte do acabamento e das instalações elétricas.

As pendências das etapas anteriores de construção das duas edificações serão objeto desta obra de complementação.

4.2. IDENTIFICAÇÃO DOS ITENS

A apresentação discriminada de todos os itens dos serviços que compõem o escopo da obra pode ser visualizada nas planilhas orçamentárias de referência.

4.3. DEFINIÇÃO DA NATUREZA DO BEM/SERVIÇO

O objeto é de natureza comum, de escopo próprio, não continuado, tendo um padrão de desempenho e qualidade objetivamente definidos, resultando em especificações usuais, conforme apresentado no Memorial Descritivo/Especificação de Serviços.

5. PRAZO

O prazo de execução dos serviços é de 180 (cento e oitenta) dias, conforme detalhado nos cronogramas físico-financeiros de referência, elaborados pela GPENG.

6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DO OBJETO EXECUTADO

6.1. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE

A Contratada terá a obrigação de fornecer, em qualidade e quantidades adequadas, materiais e equipamentos necessários à perfeita execução contratual. Caberá à Fiscalização do Contrato fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços e fornecimento dos materiais, que devem guardar conformidade com as especificações dos Projetos Básicos e Executivos, com as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e as boas práticas da engenharia.

6.2. ACEITE DO OBJETO EXECUTADO

Quando os serviços forem concluídos, a Contratada deverá informar, por escrito, à Fiscalização, que então iniciará a etapa de verificação final (*checklist*). O Recebimento

Provisório da obra ficará a cargo da GPENG (Comissão de Fiscalização), mediante termo circunstanciado devidamente assinado pelas partes.

O Recebimento Definitivo também ficará a cargo da GPENG (Comissão de Fiscalização), mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no Art. 69 da Lei 8.666/93.

O Recebimento Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Poderão participar do certame as empresas que comprovarem atuação no ramo de atividade compatível com o objeto deste Projeto Básico. A comprovação de aptidão da empresa será feita através da Apresentação de um ou mais atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante da obra, onde fique comprovado que a licitante executou obra cujas características, quantidades e complexidade técnica sejam equivalentes ou superiores à parcela de maior relevância, na forma do Inc. II, do Art. 30, da Lei nº. 8.666/93, considerando os seguintes quantitativos mínimos:

- Execução de instalações elétricas prediais: instalações elétricas com carga instalada de no mínimo 150 kW, contemplando instalações de eletrocalhas ou similares e montagens de QGBT's.

Deverá ser apresentada comprovação de inscrição ou registro da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, que contemple atividade relacionada ao objeto do Projeto Básico.

Solicita-se que os serviços relativos à parcela de maior relevância executados pelas empresas que participarão do processo de licitação sejam destacados (realçados com marca-texto) em todas as certidões, atestados e documentos apresentados para comprovação de qualificação técnica.

8. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2022.
Naturezas das Despesas: 449051-05
Fonte de Recursos: 100
Programa de Trabalho: 40451236404411-045

9. PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

A contratada deverá encaminhar a fatura para pagamento à Administração, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS relativos à mão de obra empregada no contrato.

O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

A forma de pagamento será mensal com crédito em conta corrente.

10. GARANTIA

A exigência e o percentual de garantia deverão ser definidos pela Autoridade Competente Administrativa, nos termos do artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/93.

As normas referentes à garantia contratual estão dispostas na minuta padrão de edital de concorrência para realização de obras instituída pela resolução PGE nº 2599/2009 e respectivas alterações.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A responsabilidade da fiscalização será da GPENG. Sendo que a execução do contrato será acompanhada por Gestor e fiscalizada por Comissão de Fiscalização a ser designada nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93, que determinará o que for necessário para o fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, bem como diligenciar a regularização de falhas.

Deverão os fiscais do contrato, acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, anotando em registros próprios todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas e defeitos observados.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, não implicando a sua ocorrência em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 70 da Lei 8.666/93.

A instituição e a atuação da fiscalização pelo CONTRATANTE não eximem a CONTRATADA de manter fiscalização própria, competindo-lhe fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir que, a tempo e por escrito, sejam apresentadas à fiscalização todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas que venham impedir o bom desempenho do contrato, para o devido esclarecimento.

As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da CONTRATANTE deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Não obstante a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à CONTRATANTE é reservado o direito de, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização dos serviços, diretamente ou por representantes designados.

A CONTRATADA obriga-se a manter todas as condições nas quais o contrato foi assinado durante todo o seu período de execução.

12. MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO A SEREM ESTABELECIDOS

A comunicação entre as partes será realizada por meio escrito com assinatura dos responsáveis e datado, sempre que se entender necessário o registro de ocorrência relacionada à execução do contrato. Também será admitida a comunicação por correio eletrônico.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas no Edital e no contrato.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- I. conduzir a execução do contrato de acordo com a legislação vigente;
- II. atender todas as especificações constantes do edital, de seus anexos e da proposta;
- III. executar o contrato com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- IV. manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- V. tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;
- VI. se responsabilizar integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste contrato, respondendo por si e por seus sucessores;

-
- VII. prestar, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados na execução do objeto, sempre que a ela imputáveis;
 - VIII. iniciar e concluir a obra nos prazos estipulados;
 - IX. manter preposto no local da obra, para prover o que disser respeito à regular execução dos serviços;
 - X. atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;
 - XI. se responsabilizar, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização das obras, até a sua entrega perfeitamente concluída;
 - XII. obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução das obras, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades;
 - XIII. se responsabilizar integralmente pela iluminação, instalações e despesas delas provenientes, e equipamentos acessórios necessários à fiel execução das obras contratadas;
 - XIV. se responsabilizar integralmente pela qualidade das obras e pelos materiais empregados, que devem guardar conformidade com as especificações dos Projetos Básico e Executivo, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a serem atestadas pelo CONTRATANTE.
 - XV. se responsabilizar durante todo o prazo de execução dos serviços pelo cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, conforme disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e demais legislações aplicáveis, com vistas a prevenir acidentes de quaisquer natureza com as máquinas, equipamentos, aparelhagem e empregados, seus ou de terceiros, na execução de obras ou serviços ou em decorrência deles.
 - XVI. observar na execução das obras, as normas de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, em especial o Decreto n.º 5.296, de 02.12.04 e a NBR 9050.
 - XVII. manter constante e permanentemente vigilância sobre os serviços e as obras executados, bem como sobre os equipamentos e materiais, cabendo-lhe total responsabilidade por quaisquer perdas e danos, que eventualmente venham a ocorrer até a Aceitação Definitiva das Obras.



- XVIII. na forma do disposto no Decreto Estadual n.º 40.647 de 08.03.07, se obriga a não utilizar qualquer tipo de asbesto/amianto no objeto deste contrato ou de qualquer outro produto que contenha essa fibra.
- XIX. proceder à matrícula da obra junto ao INSS, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato, sendo o cumprimento desta obrigação condição para a liberação dos pagamentos.
- XX. obriga-se a fornecer e instalar, no local de obras, placas indicativas, conforme padrão a ser fornecido pela fiscalização, devendo, no canteiro de obras, prever sala para acomodação da fiscalização do CONTRATANTE, com microcomputador e telefone, além de sala de reuniões para uso comum.
- XXI. obriga-se a apresentar no final da obra a Planta Cadastral (AS BUILT) constando todos os elementos físicos executados, cotados planialtimetricamente, durante a execução dos serviços e, ainda, a CND do INSS relativo à obra.
- XXII. obriga-se a apresentar, a cada 3 (três) meses, prova de que:
- a) está pagando os salários até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
 - b) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social dos empregados vinculados à obra; e
 - c) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.
- XXIII. registrar todos os seus empregados, previamente, junto à Fiscalização do CONTRATANTE, através de listagem escrita constando nome completo, número do documento de identidade e profissão/função.
- XXIV. registrar o Contrato e a Anotação de Responsabilidade Técnica no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA/RJ, na forma da legislação pertinente, onde se observe a marcação do campo “declaro o cumprimento das normas da ABNT referentes à acessibilidade em atendimento ao parágrafo 1º do art. 11 do Decreto n.º 5.296/04”, constante do formulário disponibilizado pelo CREA-RJ.
- XXV. A observância das normas relativas à gestão de resíduos da construção civil;
- XXVI. observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91;
- XXVII. na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:
- I - até 200 empregados..... 2%;
 - II - de 201 a 500..... 3%;
 - III - de 501 a 1.000..... 4%;

IV - de 1.001 em diante. 5%.

- XXVIII. Nas licitações cujos limites sejam superiores ao da modalidade de licitação por concorrência e o prazo do contrato seja igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias, a empresa deverá manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública. A contratada compromete-se a implantar o Programa de Integridade no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data de celebração do presente contrato, na forma da Lei nº 7.753, de 17 de outubro de 2017.

15. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

Os níveis mínimos de serviço a serem prestados pela contratada, serão mensurados por meio de indicadores objetivos que permitam à Administração aferir os resultados alcançados, conforme contrato, em concordância nas quantidades e qualidades exigidas e assim adequar o pagamento aos resultados efetivamente obtidos.

16. REAJUSTE DE PREÇOS

Os valores pactuados mediante contrato administrativo são fixos e irrevogáveis durante o interregno mínimo de 12 (doze) meses, observado o art. 3º, da Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001. Após esse interregno, se o contrato permanecer vigente, poderá a empresa CONTRATADA fazer jus ao reajuste. Para tanto, poderão ser utilizados os índices de reajustamento definidos em Lei.

17. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

A deterioração sofrida pelo meio ambiente, decorrente das atividades humanas, é uma preocupação que se faz presente no cotidiano das pessoas em todo o mundo; Os serviços deverão ser executados em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e no Decreto Federal nº 7.746/2012, no que couber. Deverão ser observadas, também, durante a execução dos serviços, as orientações dos programas do Governo do Rio de Janeiro, bem como da CONTRATANTE, voltados para as práticas sustentáveis, no que se refere ao cumprimento dos temas a seguir:

- Economia de energia;
- Economia em materiais como copos e talheres plásticos descartáveis;
- Economia de água;
- Reciclagem de lixo;

- Descarte correto para produtos perigosos ao meio ambiente como pilhas, lâmpadas fluorescentes, equipamentos eletrônicos, dentre outros semelhantes.

Além disso, cabe à CONTRATADA realizar práticas sustentáveis de manejo dos recursos renováveis, a redução dos resíduos e poluições, a utilização de energia e materiais eficientemente, empregando equipamentos mais modernos e adequados às normas e preservação ambiental.

Caso seja constatado o registro de três ocorrências, em um período de 30 dias, por descumprimento das orientações acima, a empresa a ser contratada poderá sofrer as sanções previstas em contrato, assegurados o direito à ampla defesa e contraditório.

18. POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO

Não será permitida a subcontratação.

19. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

Cabe à Autoridade Administrativa a competência de permitir ou não a participação de consórcio nos procedimentos licitatórios, como se verifica no parecer nº 98/2018-FAG emitido pela Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro: “no processo administrativo a participação ou vedação de consórcio deve obrigatoriamente ser objeto de motivação específica pelo gestor, justificando a decisão à luz do objeto e das características daquele mercado”.

Ressaltando que, caso seja permitida a participação, as regras de participação serão as dispostas na minuta padrão de edital de concorrência para realização de obras instituída pela resolução PGE nº 2599/2009 e respectivas alterações.

20. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA

Não será permitida a participação de cooperativa.

A vedação é justificada pela natureza do serviço que será prestado, incompatível com as características das cooperativas, uma vez que as tarefas não seriam passíveis de execução com autonomia pelos cooperados, sem relação de subordinação com a cooperativa, evitando-se a eventual responsabilidade subsidiária do Poder Público pelo inadimplemento dos encargos trabalhistas, na forma do Enunciado 331 do TST.

Neste sentido, foram reiteradas as decisões (Acórdão nº 1815/2003-Plenário, Acórdão nº 307/2004-Plenário que culminaram com a publicação da Súmula nº 281 TCU:

“É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.”

Desta forma, tendo em vista que a natureza do serviço pressupõe subordinação jurídica entre os empregados e o contratado, bem como pessoalidade e habitualidade, deve ser vedada

a participação de sociedades cooperativas na presente licitação, uma vez que tais entidades seriam “cooperativas fraudulentas” ou meras intermediadoras de mão de obra.

21. FORNECIMENTO DE MATERIAIS

21.1. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

A contratada será a responsável por fornecer e transportar qualquer material necessário para execução dos serviços, respeitando as especificações técnicas da planilha orçamentária e desse termo.

21.2. MATERIAIS NÃO PREVISTOS EM CONTRATO

Em caso de haver a necessidade da utilização de materiais que não constem neste termo, a CONTRATADA deverá solicitar e justificar a utilização do mesmo. E caberá a CONTRATANTE a autorização ou não da solicitação.

22. AUTORIZAÇÕES E LICENÇAS NECESSÁRIAS PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO

A CONTRATADA deverá:

- Manter atualizados todos os documentos de habilitação, bem como as licenças necessárias ao seu funcionamento.
- Adotar todas as precauções para evitar agressões ao meio ambiente, mantendo o local de trabalho adequado às exigências de limpeza, higiene e segurança.
- Assumir a responsabilidade exclusiva, sem ônus para a CONTRATANTE, por quaisquer danos e degradações diretas ou indiretas, porventura causadas ao meio ambiente ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços especificados no presente Termo de Referência.
- Assumir a responsabilidade, sem ônus para a CONTRATANTE, pela completa desmobilização de todas as estruturas e equipamentos de apoio que venha a instalar para a execução dos serviços.
- Assumir a inteira responsabilidade pelo cumprimento das normas e legislação ambientais aplicáveis.

23. DISPOSIÇÕES FINAIS

- Os procedimentos e dúvidas terão como diretrizes o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, sendo os casos omissos resolvidos pelas partes contratantes, de comum acordo, observando os princípios que norteiam o agir da Administração Pública.
- Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis, caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.

-
- Os casos omissos ou eventuais dúvidas serão resolvidos pela Comissão de Fiscalização, a quem caberá deliberar sobre o assunto.
 - A CONTRATADA responderá legal e administrativamente pela garantia, solidez, qualidade e eficiência dos serviços de engenharia por ela elaborados e essa responsabilidade não cessará com a entrega e aprovação dos serviços de engenharia, mas se estenderá até a conclusão da obra objeto dos serviços prestados.
 - Toda documentação técnica elaborada pela CONTRATADA relativa ao Objeto deste Termo de Referência, será de propriedade exclusiva da UENF, que dela se utilizará conforme lhe convier.
 - É vedada a CONTRATADA dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros, qualquer dado ou documento preparado ou recebido para a execução dos serviços objeto deste edital, cuidando da sua confidencialidade, salvo com prévia, formal e expressa autorização da UENF.

24. ASSINATURA DOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO



Luiz Gabriel Sarmet Moreira Smiderle

Id. Funcional: 641182-7

Cargo: Gerente de Projetos de Engenharia / PNS - Engenheiro Civil



Kelly de Oliveira Borges da Costa

Id. Funcional: 4318186-4

Cargo: PNM - Técnica em Edificações